



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12469 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

**LÉSBICAS PROFESSORAS E POLÍTICAS DE COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA A POPULAÇÃO LGBTI+: um estudo introdutório**

Eriveth Silva Teixeira - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Sirlene Mota Pinheiro da Silva - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

**LÉSBICAS PROFESSORAS E POLÍTICAS DE COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS  
CONTRA A POPULAÇÃO LGBTI+: um estudo introdutório**

## 1 INTRODUÇÃO

É notório o crescente debate acerca da diversidade sexual e de gênero para implementação de políticas educacionais inclusiva e para o enfrentamento e combate a todo e qualquer tipo de violência nas esferas sociocultural e educacional. Assim se faz necessário, discussões para o âmbito social enquanto um todo, mas em especial para educação e no tocante aos docentes, com recorte especial para as homossexuais femininas e mais especificamente lésbicas professoras.

A escola pode ser analisada como espaço em que os diversos tipos de atos violentos são produzidos e (re)produzidos. Assim sendo, valores e modelos de condutas (re)produzidos na escola e transmitidos por ela, tanto por meio dos conteúdos da educação formal, como através da interação cotidiana de lésbicas professoras que precisam conviver em sociedade que dissemina o discurso convencional, e prega o ódio com teor preconceituoso nas relações do âmbito escolar. Tais atos encarnam as crenças, reencenando preconceito, discriminação e desigualdade que são comuns em nossa sociedade.

Ao trazer a escrita “lésbica professora” é mais uma maneira de validar a existência sobre a pessoa da comunidade de Lésbicas Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, Intersexuais e mais (LGBTI+), sigla que é palco de correlação de força e disputa de poder que

não é consenso nem na academia nem nos movimentos sociais de qual sigla usar. LGBTI+ está mais próxima do debate entre os movimentos sociais e poder público, portanto, será utilizada para representar pessoas que carregam consigo narrativas associadas atravessadas por suas identidades.

Este estudo trata-se de parte da pesquisa, em desenvolvimento, no mestrado em educação e objetiva discutir formas de enfrentamento da lesbofobia, destacando-se casos de violências contra pessoas LGBTI+ e o que dizem as políticas públicas sobre a questão. Refere-se a uma reflexão interna na construção das relações existentes entre sujeitas e sujeitos que efetivamente venham garantir direito e respeito às lésbicas professoras dentro e fora de seus espaços educacionais, quando inseridas nesse contexto de não lugar que as tornam invisíveis.

A pesquisa bibliográfica de caráter exploratório vem subsidiando o estudo, pois segundo Gil (2002, p. 43), “por meio da pesquisa bibliográfica, nos debruçamos em leituras de aportes teóricos que ampliam a discussão da temática e abordam a compreensão de aspectos importantes à inclusão efetiva na sociedade”. Nesse sentido, apresentamos revisão bibliográfica que atravessa gênero, sexualidade e lesbianidade no âmbito escolar, e a LGBTFOBIA de acordo com as políticas públicas educacionais, que será dialogado a seguir.

## **2 GÊNERO, SEXUALIDADE E LESBIANIDADE NA ESCOLA: breve contextualização**

É na escola que a convivência humana se dá de forma mais intensa. Ali, também, são construídos os “estigmas” que, segundo Goffman (1980), produzem e reproduzem relações de desigualdades sociais através da atribuição de “identidades estigmatizadas” pelas quais as diferenças são transformadas em desigualdades de classe, idade, raça ou etnia, gênero ou orientação sexual e capacidade física. Tal educação culminou na desigualdade de gênero, tendo como maior prejudicada a mulher, por ser considerada em posição inferior ao homem e, por isso, tendo seu acesso a direitos negado.

Romper com esse tipo de educação é um grande desafio, pois implica em criar novas concepções das relações de gênero e posiciona-se a favor da equidade e contra o discurso conservador como diz Scott (1995, p. 73), “as categorias gênero e etnia são cruciais para a escrita de uma nova história, que inclui as narrativas dos oprimidos e das oprimidas e uma análise da natureza de sua opressão, a fim de que se possam compreender as desigualdades existentes”. Nesse aspecto, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não dá decorrência da anatomia de seus corpos.

Além disso, para Butler (2010, p. 25) “quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna artifício

flutuante”. Na observação de Louro (2000) currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são seguramente lócus das diferenças ao mesmo tempo que seus produtores.

Quando o assunto é sexualidade, e conforme o livro produzido pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), a sexualidade está presente no cotidiano escolar nas mais variadas formas. Nos textos dos manuais e nas práticas pedagógicas; em inscrições e pichações, em olhares insinuantes, em bilhetes apaixonados e recadinhos maliciosos; em brincadeiras, piadas e apelidos que estigmatizam rapazes mais “delicados” e as garotas mais “atrevidas” etc. (BRASIL, 2009).

A sexualidade, ainda segundo Foucault (2015), refere-se às elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto até noções relativas à saúde, à reprodução ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. Trata-se, portanto, de conceito dinâmico que se modifica e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações, e que se encontra vinculado a debates e a disputas políticas.

Dentro da construção das sexualidades é preciso refletir sobre o que chamamos de orientação sexual. A compreensão de orientação afetivo-sexual, de acordo com Siqueira (2020), refere-se ao sexo das pessoas eleitas para relacionamento afetivamente. Atualmente verifica-se por meio do movimento LGBTI+ as identidades plurais enfrentando a opressão contra mulheres e dominação masculina, pois parte da heteronormatividade como instituição política que retira o poder das mulheres, fazendo com que a existência lésbica sofra processo de violência e apagamento social (FERNANDES, 2020).

Ausência de políticas públicas para diversidade viola um conjunto de direitos básicos de uma população historicamente silenciada, violentada, que inserida neste cenário de desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social, é direcionada para o campo do preconceito, machismo e violência, além de compor um alto percentual de mortes apontado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), descortinando a triste realidade das pessoas LGBTI+ no Brasil ao mostrar que a cada 29h uma pessoa deste seguimento é morta no Brasil (GGB, 2021). Nesse contexto de violência as lésbicas foram, e são motivos de perseguição e silenciadas quando ousaram se apropriar de suas sexualidades, se esquivando diante da retaliação de opressores fascistas. Isso porque sentem uma vigilância maior sobre si mesma, tanto da equipe da gestão da escola quanto das famílias (VIANNA; CARVALHO, 2020, p. 9).

Esse questionamento é fundamental para o processo de reconhecimento de direitos cuja garantia requer ações em diversos campos sociais e implica transformações significativas nos sistemas de ensino, nos processos educacionais, nos ordenamentos político-institucionais, na legislação, na cultura jurídica, na mídia, no mundo do trabalho, em quase todos os níveis da vida cotidiana e nas relações interpessoais em geral.

### 3 LGBTFOBIA: o que dizem as políticas públicas?

Diante do que foi abordado ficou evidente que a escola no seu interior é um espaço que produz e reproduz relações de desigualdades sociais como trazido por Goffman (1980). Ela dissemina o discurso convencional, prega o ódio com teor preconceituoso nas relações de âmbito escolar e sustenta a violência e a segregação contra pessoas de orientação sexual, estando as lésbicas inseridas nestes espaços de não lugar e por vezes silenciadas.

Em tempos de retrocessos, o recorte de sexualidade atravessa pessoas que são submetidas as diversas violências com acesso mutilado a um conjunto de direitos, como mostra o panorama detalhado da pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), revelando que a cada hora uma pessoa LGBTI+ é agredida no Brasil. E se referindo a situação de violência por Estado, o Maranhão ocupa o quarto lugar na posição de estados que mais recebem denúncias de agressão à pessoas LGBTI+ no Brasil. Das vítimas de agressão, 46% dos casos eram transexuais e travestis, e as pessoas homossexuais representam 57%, dos quais, 32% eram lésbicas e 25% gays (FIOCRUZ, 2021).

Vale ressaltar que no ranking de violência letal dessa população considerando o ranking de mortes por cidades no Estado do Maranhão, em primeiro lugar aparece São Luís, que representou 20% dos casos, e logo atrás, em segundo lugar, Santa Inês, com percentual de 13% de mortes (MARANHÃO, 2022).

A fragilidade na discussão de políticas públicas para diversidade no Estado do Maranhão com recorte correspondente ao período 2015-2022, segue sua trajetória contribuindo assim para invisibilidade de vidas inseridas na sigla LGBTI+, que é palco importante na busca por cidadania, direitos humanos e representa uma história de luta e de afirmação dentro de suas especificidades, e no combate à discriminação que aparece em proporção diferente para cada representante dentro da sigla.

A compreensão do texto evidencia que sem a mínima condição de qualidade e proteção, à população mais vulnerável segue tendo suas particularidades específicas na maioria das vezes negadas, tornam-se alvo fácil na mira da arma branca heterossexual quando apresentado pelo GGB (2021), que a cada 29h morre uma LGBTI+ no Brasil por conta da LGBTfobia, e assim o título de país que mais mata pessoas LGBTI+ no mundo segue com o Brasil. Diante de tais circunstâncias o cenário educacional brasileiro apresentado Junqueira (2009), aponta que 59,7% das professoras e dos professores participantes de uma entrevista relataram não admitir as relações homossexuais.

Brasil (2009) reforça que a sexualidade está presente no cotidiano escolar nas mais variadas formas e identidades, e diante da opressão de mulheres e dominação masculina, percebe-se a necessidade de dialogar sobre a diversidade sexual e gênero nos documentos oficiais da educação e na prática docente, bem como, debater sobre as relações existentes no

campo da educação, permeando a lesbofobia, e a falta de execução de políticas norteadoras para combater a lesbofobia entre outros preconceitos.

Assim a escola se tornará inclusiva a partir da operacionalização do processo pedagógico das políticas públicas para a diversidade sexual e gênero importantes para visibilidade de histórias lésbicas apagadas; para a valorização profissional que não deve ser julgada pela sexualidade; para a identidade visionária de lésbicas professoras; para as relações de gênero e sexualidade; e para a valorização desses corpos dissidentes.

### 3 ALGUMAS (IN) CONCLUSÕES

Num estudo introdutório, foi possível constatar que a narrativa conservadora apresenta discursos peculiares à sua afirmação de padrões normalizadores, deixando a homossexualidade como sendo um desafio diário e de resistência. E como forma de enfrentamento da lesbofobia e questões atravessadas pela sexualidade e gênero nas escolas, as leituras apontam para efetivação de políticas educacionais com visibilidade para questões de gênero e diversidade sexual, em culminância com operacionalização nas práticas docentes.

Existe apagamento dos corpos dissidentes nos documentos oficiais da educação e sem proteção, sem diálogo e debate sobre o assunto, a escola se torna um lugar de hostilidade e (re)produção de violências, neste contexto ser lésbica, assumir ser lésbica em um país que mais mata pessoas LGBTI+ no mundo, é um ato de coragem que às vezes pode custar a própria vida. No entanto, há o adoecimento que emerge como efeito do silenciamento e do ato de se esconder deixando no armário algumas lésbicas professoras por medo de assumir sua sexualidade.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professores em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 2. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Sujeito e História).

FERNANDES, Felipe Bruno. As videoaulas como tecnologias acessórias à leitura de textos acadêmicos: estudo de caso a partir do curso de extensão a distância pensamento lésbico

contemporâneo. ReDoc – **Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro v. 4 n.1 p. 298 jan./abr., 2020.

FOUCAULT. Michael. **História da sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FIOCRUZ. **Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI**. Marcella Vieira/Editora Fiocruz, 2021.

GIL, Antônio Carlos (1946). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 3. ed. – Rio de Janeiro: LTC Editora, 1980.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Observatório de mortes violentas LGBTI+ no Brasil 2020: relatório da acontece arte e política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia/Alexandre Bogas Fraga Gastaldi; Luiz Mott; José Marcelo Domingos de Oliveira; Carla Simara Luciana da Silva Ayres; Wilians Ventura Ferreira Souza; Kayque Virgens Cordeiro da Silva; (Orgs)**. – 1. ed. – 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Segredos e mentiras no currículo: sexualidade e gênero nas práticas escolares**. In: SILVA, Luís (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARANHÃO. **Observatório de políticas públicas LGBTI+ no Maranhão 2022**. Disponível em: <https://participa.ma.gov.br/plano-estadual-de-politicas-publicas-para-a-populacao-lgbti> Acesso: 15 ago. 2022.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade: gênero e educação**. Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995. p.71-99.

SIQUEIRA, Marcos da Cruz Alves. **Nesta escola não há lugar para bichinhas**: diversidade sexual e homofobia. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2020.

VIANNA, C.; CARVALHO, T. **Formação e prática docente**: sobre a visibilidade das professoras lésbicas. *Form. Doc.*, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 77-90, mai./ago. 2020. Disponível em <http://www.revformacaodocente.com.br>. Acesso: 15 ago. 2022.